

O GLP NO COMBATE À POBREZA ENERGÉTICA

O desafio do enfrentamento e superação da pobreza energética diz respeito aos indivíduos ou grupos de pessoas sem acesso a energias seguras, eficientes e sustentáveis.



O Sindigás não sugere programas destinados ao GLP e sim, programas de combate à pobreza energética, transparentes, estruturados e auditáveis.



Problema a ser atacado

Combate ao uso da lenha na matriz energética residencial brasileira. Definir a quantidade de lenha que será substituída por outros energéticos e um prazo para que essa meta seja alcançada.



Público-alvo

Identificação do grupo de beneficiários, assim como o valor necessário para estimular a migração para uma energia mais limpa.

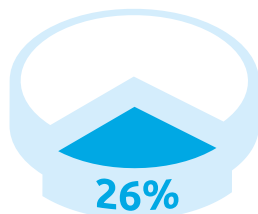


Destinação específica

Não se trata de um programa de transferência de renda. As famílias beneficiárias precisam ser incentivadas a substituir a lenha por um energético seguro.

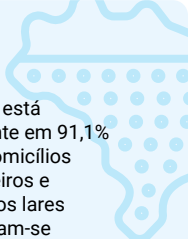
A lenha representa, hoje, 26% do consumo energético das famílias.

Este é um importante tema de política pública, pois o uso da lenha como combustível gera graves problemas de saúde, como enfermidades, mortes precoces e danos ao desenvolvimento das crianças, principalmente na população de baixa renda, além de prejuízos ambientais.

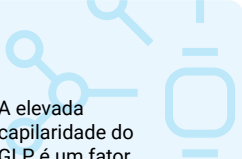


Balanco Energético Nacional (BEN) 2022 – EPE

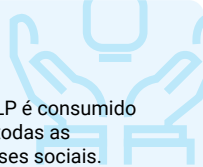
O GLP é a alternativa mais viável para deslocar a lenha da matriz energética:



O GLP está presente em 91,1% dos domicílios brasileiros e 96% dos lares declaram-se equipados para o consumo deste energético.



A elevada capilaridade do GLP é um fator estratégico relevante, por sua presença nas localidades mais distantes, em 100% dos municípios brasileiros.



O GLP é consumido em todas as classes sociais. Mas em camadas economicamente mais vulneráveis observa-se que seu uso é conjugado com o uso da lenha.

E o “Auxílio Gás”?

Com intenção louvável, este programa destina-se a *“mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) sobre o orçamento das famílias de baixa renda”* (Lei Federal nº 14.237/2021). Mas é uma transferência direta de renda, sem necessidade de prestação de contas pelo beneficiário.

O Sindigás defende que o objetivo da política pública deve focar no combate à pobreza energética, ou seja, melhorar a qualidade de vida das famílias por meio da redução do uso da lenha para cocção, além dos aspectos relacionados ao meio ambiente. Com a destinação específica, aumentam as chances de êxito.

O setor de GLP possui um sistema **FUNCIONAL, SEGURO E EFICIENTE.**



É um setor onde os preços são livres, com alto nível de concorrência e competição



Medidas intervencionistas diretas ameaçam a viabilidade econômica da atividade, trazendo o sério risco de abrir espaço para informalidades, falta de segurança, restrição de oferta e aumento do preço.



As políticas públicas devem perseguir o princípio de ter o Estado presente onde é preciso e o setor privado atuante onde é viável.

O GLP não necessita de “subsídios generalizados”.



Precisa de um tratamento tributário condizente com a essencialidade do produto. O mesmo que é dado aos itens de cesta básica.



E competir em igualdade de condições com os demais energéticos, enriquecendo, assim, a cesta de opções da matriz energética do Brasil.

O Sindigás defende o aumento da diversidade da matriz energética brasileira, de forma isonômica, para que o consumidor seja soberano em sua escolha. Nesse sentido, é relevante avançar sobre as restrições vigentes no setor de GLP que impedem ampliação de usos e retiram o produto da cesta de opções energéticas, como combustível seguro, eficiente e sustentável, capaz de contribuir com o aumento nos ganhos para a sociedade.

Os desafios estão principalmente nas camadas sociais mais vulneráveis e carentes.

Assim, há oportunidade de otimizar recursos públicos por meio de uma política que potencialize a estrutura atual do mercado, focada no atendimento a quem mais necessita.

Por outro lado, é importante ter atenção e cautela na aprovação e implementação de proposições que pretendam resolver rapidamente questões complexas sem análise robusta de custo-benefício para todos os elos da cadeia.

A compreensão da dinâmica de mercado é essencial para que não ocorram desarticulações danosas ao sistema vigente e, mais ainda, para evitar prejuízos à população mais vulnerável que necessita de um olhar social sem privação de acesso a energias mais limpas, seguras e eficientes, como é o GLP.



Para mais informações,
acesse a íntegra do documento
**“O GLP no combate à
pobreza energética”**